

A produção de conhecimento em políticas educacionais dos programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista no período 2009-2013

Kellcia Rezende Souza¹
Maria Teresa Micely Kerbauy²

Resumo: O presente estudo analisa as tendências subjacentes as pesquisas em políticas educacionais na produção dos programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo. Os dados foram analisados a partir dos conteúdos dos resumos. Tomamos como objeto para compreender esta problemática as dissertações e teses, com temáticas voltadas para a área da política educacional. Foram selecionadas 85 pesquisas, no período de 2009 à 2013. Os trabalhos traduzem o panorama de tendências e olhares predominantes no campo das políticas educacionais dos programas da instituição, representado no quadro de 5 categorias temáticas: Estudos sobre políticas e programas governamentais; Legislação e direito à educação; Políticas de financiamento e gestão; Políticas de avaliação e Papel dos partidos políticos e outras entidades da sociedade civil. A análise empreendida demonstra os avanços do campo de conhecimento focalizado e os limites que se apresentam para a consolidação da área.

Palavras-chave: Pesquisas; Política Educacional; Pós-Graduação.

Abstract: This study examines the underlying trends research on educational policies in the production of graduate programs in Education of the Universidade Estadual Paulista (UNESP). For this, a literature search was performed with qualitative approach. Data were analyzed from the abstracts content. We take as an object to understand this issue dissertations and theses with theme focused on the area of educational policy. 85 studies were selected, from 2009 to 2013. The works reflect the view of prevailing trends and looks in the field of educational policies of the institution's programs, represented under 5 themes: Studies on government policies and programs; Legislation and the right to education; Financing policies and management; Assessment policies and role of political parties and other civil society organizations. Such analysis shows the progress of the focused field of knowledge and limits are presented for the consolidation of the area.

Keywords: Research; Educational Policy; Graduate School.

Introdução

O conhecimento dos rumos da produção científica de uma área é fundamental para a melhoria da qualidade da pesquisa, para os avanços da ciência e, principalmente, para o diagnóstico do impacto dessa produção no âmbito social de sua criação. A busca de explicações sobre os caminhos adotados por sua produção permite evidenciar suas

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Unesp – Araraquara. E-mail: Kellcia@hotmail.com;

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Unesp – Araraquara. E-mail: kerbauy@travernet.com.br

conquistas, indicar suas lacunas e, ao mesmo tempo, chamar atenção para novas alternativas de investigações, bem como possibilitar a solidificação da educação como área de conhecimento (SILVA, 1990).

Na constituição do universo do campo educacional e importante ressaltar a necessidade de análise da investigação realizada na área, cujo foco de atenção demanda examinar criticamente sua produção científica, o que implica em rever o que vem sendo produzido nas pesquisas e em “buscar caminhos para o seu contínuo aprimoramento” (ANDRÉ, 2001, p. 52).

No entender de Gamboa (2007), um espaço significativo para a produção de conhecimento do campo educacional consiste na Universidade e, conseqüentemente, na Pós-graduação, exatamente pela centralidade que nos programas ocupa a prática da pesquisa. Por isso, a necessidade de avaliação do que vem sendo desenvolvido, em termo de produção de conhecimento nos programas de Pós-graduação, uma vez que estes historicamente se concretizam em *locus* privilegiados pelo sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento da pesquisa científica.

Desse modo, ao tomar como objeto a produção concreta desenvolvida nas “condições específicas da consolidação da Pós-graduação brasileira, oferece a vantagem de permitir também análises concretas, de identificar dificuldades, vazios e desafios, assim como sugerir alternativas de superação” (GAMBOA, 2007, p. 18), o que, segundo o autor, consiste em uma nova categoria da investigação educativa, denominada pesquisa das pesquisas, que tem como finalidade classificar uma serie de novos estudos que pretendem refletir sobre prática da pesquisa educacional.

Santos e Azevedo (2009) retratam que nas pesquisas desenvolvidas no campo educacional, as políticas educacionais vêm sendo foco de estudos sistemáticos, como exemplifica o grande número de programas de Pós-graduação em educação que possuem linhas de investigação vinculadas a essa temática.

Essa atenção pode ser entendida como fruto das mudanças ocorridas em nossa sociedade que trouxeram as políticas públicas para o centro da cena dos debates sociopolíticos, em particular os voltados para a negação dos direitos sociais e para a premência de seu resgate e usufruto para e pela maioria da população. Trata-se de fenômeno que também vem influenciando a complexidade e a dinâmica dos próprios programas de pós-graduação (SANTOS e AZEVEDO, 2009, p. 534).

Por outro lado, as autoras destacam que as políticas educacionais embora tenham sido focos de pesquisas nos programas de Pós-graduação em Educação, sua unidade enquanto área de conhecimento educacional ainda é relativamente recente no Brasil. Além disso, o aumento da produção não é homogênea nas diversas regiões do país, nem nos diferentes programas de Pós-graduação, tal constatação demanda estudos específicos decorrentes dos diferentes contextos regionais existentes.

Partindo da consideração de Santos e Azevedo (2009), de que os cursos de mestrado e doutorado constituem um espaço privilegiado de produção do conhecimento e que os estudos sobre a política educacional têm ocupado lugar emergente no seio da Pós-graduação em Educação, objetivamos investigar as tendências subjacentes as pesquisas em políticas educacionais na produção dos programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo. A análise dos dados, mediante a classificação, foi realizada com base na análise dos conteúdos dos resumos, buscando identificar os elementos em comum dos trabalhos. Tomamos como objeto para compreender esta problemática as dissertações e teses, com temáticas voltadas para a área da política educacional.

Segundo Wittmann e Gracindo (2001), uma investigação sobre a produção de pesquisas em políticas educacionais torna-se de fundamental importância, não só para o processo histórico de produção de conhecimento, mas por dar dados contundentes para contribuir com a prática concreta e a consolidação do campo educacional.

O estudo foi realizado com o objetivo de conhecer os diferentes enfoques e caminhos já trilhados pelas pesquisas que refletiram sobre a política educacional. A busca se justifica por sua capacidade de oferecer um panorama abrangente da produção acadêmica sobre o tema no campo educacional da Pós-Graduação da Unesp e, assim, contribuir para o avanço do conhecimento.

A produção de conhecimento em políticas educacionais no Brasil

O entendimento do real exige a busca das relações e dos processos que são constitutivos dos acontecimentos que expliquem a natureza de seu movimento. “Realizar esse movimento exige rigor teórico e clareza epistemológica, sem o que não se avança para além de caóticas e precárias apreensões de fragmentos da realidade” (KUENZER e MORAES, 2005, p. 1353). Portanto, toda pesquisa científica deve revelar

não apenas o movimento presente dos fenômenos, mas também como estes se reproduzem e se transformam (GOHN, 2005).

Gatti (2001) salienta que o conhecimento oriundo das reflexões e pesquisas científicas socializa-se em uma temporalidade histórica construída nas relações sociais concretas, o que seleciona aspectos dessa produção no seu processo de disseminação, apropriação e consolidação. Nessa perspectiva, a trajetória da pesquisa no campo educacional, na apreensão do real esteve e está engendradora em uma conjuntura histórico-social específica, como fonte de produção de conhecimento da área.

Com efeito, estão em pauta nessa trajetória,

[...] os esforços que têm sido desenvolvidos com vistas à criação de um sistema de saber no campo da educação, de tal modo que se possa dispor de um corpo de conhecimentos fundados numa *episteme*, num saber rigoroso e consistente. Trata-se da questão da cientificidade para o campo educacional (GAMBOA, 2007, p. 13).

Para Azevedo e Aguiar (2001), a política educacional corresponde a um campo da educação, porém, ainda não está consolidada em termos de referências analíticas e metodológicas consistentes, acarretando indefinições epistêmicas, resultante da crise de paradigmas que afeta as ciências sociais e humanas na contemporaneidade. Tal crise decorrente das mudanças estruturais que perpassam as sociedades, afetando assim, os próprios processos de interpretação da realidade social. Logo, denota-se a necessidade de estudos que ampliem o repertório de análises sobre as tendências e perspectivas das produções em políticas educacionais no âmbito dos programas de Pós-graduação em educação.

A política educacional é tratada na qualidade de componente do conjunto de políticas públicas de corte social e, portanto, entendidas como expressão da ação do Estado, materializada em programas e projetos educacionais, “que se encarrega, em última instância, de fazer emergir múltiplos objetos em que se transmuda a sua temática e dos quais vão se ocupar os pesquisadores que para esse campo de pesquisa convergem” (AZEVEDO e AGUIAR, 2001, p. 50).

Silva, Scaff e Jacomini (2010, p. 15) compreendem as políticas públicas como conjunto de ações sistemáticas para sanear problemas que afetam a vida de grupos sociais específicos ou de coletividades mais amplas. Neste sentido, entendem as políticas públicas como movimentos complexos que arregimentam esforços de diferentes agentes para dar corpo a séries de ações e comportamentos que produzem

repercussões na vida social. Sendo assim, as políticas educacionais são definidas, implementadas e reformuladas dentro de um processo dinâmico, “em que conceitos, modelos e interpretações da realidade não são permanentes, são gerados em outras áreas e transitam para a educação, e vice-versa”.

A preocupação com a temática política educacional “pode alimentar positivamente um processo dialético, quando se procura articular a percepção da realidade social a partir do estudo científico dos problemas envolvidos na questão educacional e as políticas públicas concernentes” (SANTOS e AZEVEDO, 2009, p. 543). Essas autoras ainda destacam que, o campo da pesquisa em política educacional esta marcado por escolhas, ordenações, seleções e demais atos que configuram a existência e as formas de organização de um campo de pesquisa.

No que tange aos estudos sobre as políticas educacionais no Brasil, Melo (1999) retrata que é uma área recente. Contudo, a organização de grupos de trabalhos se constituíram como instâncias vitais para a construção de um arcabouço teórico da área, tais como a criação do Grupo de Trabalho (GT) de Políticas Públicas, no âmbito da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); e no âmbito educacional a criação das entidades Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e do GT “Estado e Política Educacional” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Outro indicativo propulsor para a produção de pesquisas no campo das políticas educacionais consistiu no surgimento e consolidação de núcleos e linhas de pesquisas nos programas de Pós-Graduação em Educação (SANTOS e AZEVEDO, 2009). As autoras enfatizam que os estudos do tipo estado da arte servem de indicativos e de mapeamento da tendência das linhas de pesquisas que se firmaram na Pós-Graduação em Educação no Brasil, bem como para a evolução e análise da pesquisa educacional.

No âmbito das produções atinentes as políticas educacionais destacam a pesquisa realizada por Wittmann e Gracindo (2001, p. 11), que objetivou contribuir para o avanço do conhecimento na área da política e administração da educação e “consolidar sua base nacional de articulação e intercâmbio sistemático entre pesquisadores na área”. Azevedo e Aguiar (2001, p. 50-51) tiveram a proposição de refletir sobre “as características e tendências das investigações vinculadas ao campo da produção intelectual dos saberes sobre a política educacional no Brasil”.

A pesquisa de Azevedo e Aguiar (2001, p. 85) evidenciou que as produções da área apresentaram uma gama diversificada de estudos, sobre os mais distintos temas e problemas, o que, pode representar um encobrimento quanto as questões relativas “a

todos os níveis de ensino, bem como a atores e entidades que possuem uma interface direta com a política educacional”, o que resulta ao mesmo tempo um ponto forte identificado no campo temático, e também a reveladora presença de fragilidades.

Em investigação sobre os diversos resultados de pesquisas apresentados no “Estado e Política Educacional” da ANPEd, Silva, Scaff e Jacomini (2010) também identificaram a permanência desse quadro nas produções da área.

Desta perspectiva, o que se deseja enfatizar é que a heterogeneidade da produção tende a impossibilitar uma acumulação de conhecimentos que viesse expressar a presença de um “programa de pesquisa”, a partir do qual a comunidade de pesquisadores, em estreita interação, pudesse desenvolver e aprimorar procedimentos teórico-metodológicos com maior grau de consistência e com melhor grau de delimitação (AZEVEDO e AGUIAR, 2001, p. 86).

Souza (2003) destaca também lacunas a serem superadas no processo de construção da área de estudos em políticas educacionais. Embora seja usual nas produções a análise da recente estruturação da área, é igualmente comum a interpretação de que merecem atenção especial as abordagens teórico-metodológicas de pesquisa. Entre os obstáculos a serem vencidos são citados: a escassa acumulação de conhecimento, a abundância de estudos setoriais sem a verticalização desejada, a contiguidade da produção aos órgãos governamentais e o reduzido número de redes de produções entre pesquisadores.

O exame pormenorizado de estudos publicados leva-nos a perceber que a criação de grupos e linhas de pesquisas em programas de Pós-graduação sobre políticas públicas e educacionais foram fundamentais para alavancar as produções na área e arregimentar esforços de análise. No entanto, Ball e Mainardes (2011, p. 11) salientam a “necessidade de empregar referenciais analíticos mais consistentes”, o que evidencia a fragilidade da produção da área.

As lacunas evidenciadas nos estudos citados não invalidam potencialidades “identificadas no decorrer das análises, nem negam a construção de um campo de investigação, que, por se encontrar em processo, apresenta ao mesmo tempo, seus limites e virtudes no delineamento do caminho para a sua consolidação” (AZEVEDO e AGUIAR, 2001, p. 87).

Estas características da produção, associadas às limitações já pautadas, instigam-nos a pesquisar as produções científicas em políticas educacionais entre os anos de 2009 a 2013, período em que a produção acadêmica brasileira ampliou-se e difundiu-se em

sincronia com o desenvolvimento mais vigoroso dos programas de Pós-graduação em educação (SANTOS e AZEVEDO, 2009). Decorrência disso é o expressivo número de grupos de pesquisas em “políticas educacionais” registrado na base corrente do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Somente na área da educação, esse número chegava a 306 na última semana de julho de 2014³.

No que concerne aos programas de Pós-Graduação em Educação (*stricto sensu*), podemos perceber a significativa expansão a partir dos dados da avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) disponíveis em seu portal⁴, No triênio 2001 a 2003 foram avaliados 68 programas, número que praticamente dobrou no período de 2007 à 2009, totalizando 122 programas.

Conforme dados disponibilizados no portal da respectiva instituição, em 2014, há 154 programas e 225 cursos de Pós-graduação em Educação (*stricto sensu*), englobando os oferecidos na modalidade profissional. A região Sudeste dispõe da maior quantidade de programas, totalizando 50, destes, 24 estão localizados no Estado de São Paulo⁵. A Unesp oferece 4 programas na área da Educação, nos campus de Araraquara, Marília, Presidente Prudente e Rio Claro.

Dessa forma, compreender o quadro em que tem sido desenhado o processo de construção de um campo teórico é fundamental. Logo, conhecer as constatações e contribuições das pesquisas em políticas educacionais se torna condição necessária para “apontar o lugar dos estudos sobre política educacional no seio dos programas de Pós-Graduação em educação, buscando desvelar a sua emergência e consolidação como objeto de investigação” (SANTOS e AZEVEDO, 2009, p. 534).

Panorama das pesquisas em políticas educacionais dos programas de Pós-Graduação na área de educação da Unesp

A escolha da Unesp se deu, pois as pesquisadoras estão vinculadas a instituição. Dessa forma, compreender a realidade que esta inserido constitui premissa singular para uma compreensão macro do fenômeno. Ademais, trata-se de uma universidade pública com expressivo destaque nas atividades de ensino, extensão e, sobretudo, pesquisa. É a única instituição, das três universidades públicas paulistas, que esta presente em todas as regiões do estado (FONSECA-JANES, 2010).

³ Dados disponíveis no portal eletrônico do CNPq <http://www.cnpq.br/>.

⁴ Portal CAPES - <http://www.capes.gov.br/>. Dados atualizados no portal em 25 de julho de 2014.

⁵ Não foram computados os programas de pós-graduação na modalidade profissional.

Para Azevedo e Aguiar (2001, p. 58), “as universidades públicas, particularmente por meio de seus Programas de Pós-Graduação em Educação, são o *locus* principal da produção do conhecimento sobre a temática “Estado e Política Educacional”. A Unesp, com seus quatro programas de Pós-Graduação na área de Educação, todos com atividades iniciadas a mais de 10 anos⁶ e com linhas de pesquisas sobre a temática tem contribuído decisivamente para o incremento de formação de pesquisadores e, conseqüentemente, da produção de conhecimentos no campo educacional, permitindo assim, compreender os múltiplos fenômenos da educação.

Nessa perspectiva, o estudo foi desenvolvido mediante análise das pesquisas resultantes dos programas de Mestrado e Doutorado em Educação da Unesp - Campus de Araraquara, Marília, Presidente Prudente e Rio Claro, no qual, a partir do olhar de vários autores, encontramos subsídios para oferecer uma visão representativa do que se produziu sobre a área de políticas educacionais.

A composição do campo amostral se deu em um primeiro momento por um inventário das produções, em seguida, foi realizada a seleção daquelas que atenderam aos seguintes critérios: (a) tratar da política educacional enquanto problemática da educação brasileira; (b) reportar-se ao período de 2009-2013 ou à fração dele; (c) ser de natureza acadêmica-científica; (d) estar disponibilizada em banco de dados eletrônicos⁷. Os trabalhos classificados foram selecionados por pesquisas oriundas de programas de pós-graduação em Educação da Unesp - Campus de Araraquara, Marília, Presidente Prudente e Rio Claro, que englobam teses de doutorado e dissertações de mestrado.

Buscou-se investigar as pesquisas que evidenciavam nos títulos, resumos e palavras-chave a presença das expressões: Política educacional; Política Pública; Estado; Governo e Legislação; Projetos e programas governamentais; Partidos políticos e Entidades sindicais. A partir desse levantamento, foi selecionado um universo de 37 teses e 48 dissertações, totalizando 85 trabalhos. Importa-nos salientar o fato de que esse dado expressa que a categoria de “Políticas Educacionais” tem respondido um número significativo de pesquisas no período investigado.

As produções foram analisadas a partir da leitura dos seus respectivos resumos. Reconhecemos as limitações impostas na análise dos resumos, pois nem sempre estes deixam transparecer a amplitude das discussões travadas no corpo do trabalho. No entanto, considerando que, ainda com essas restrições, os resumos devem evidenciar as

⁶ Os programas de Pós-graduação na área de educação da Unesp de Marília, Araraquara, Presidente Prudente e Rio Claro iniciaram suas atividades respectivamente em 1988, 1997, 2001, 2003.

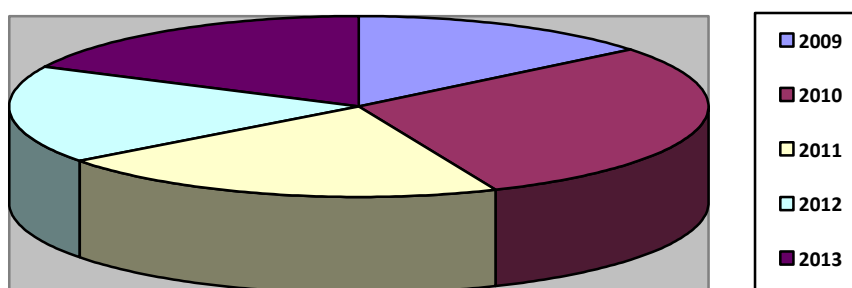
⁷ Portal eletrônico dos programas e Capes.

intencionalidades, os contornos das abordagens teóricas, os caminhos metodológicos e os resultados das pesquisas, dando indicativos para o olhar do objeto investigado.

O movimento do conhecimento produzido sobre a política educacional nas dissertações e teses dos programas de Pós-Graduação em Educação da Unesp, inicialmente, nos leva a registrar a dificuldade evidenciada no percurso de análise dos dados, em virtude da heterogeneidade dos conteúdos do resumo, que apresentavam falta de informações concernentes ao caminho metodológico e genéricas considerações sobre os resultados das investigações, realidade que também foi constatada no estudo de Wittmann e Gracindo (2001). Esse fato foi evidenciado em maior proporção nas dissertações, do que nas teses. Como o mestrado corresponde a etapa inicial de formação de pesquisadores, tende a apresentar níveis de menor complexidade no desenvolvimento das pesquisas, o que pode comprometer o grau qualitativo da produção.

No que tange ao período temporal da produção, nota-se que o ano de 2010 contemplou a maior quantidade, totalizando 25 trabalhos, o que significa quase o dobro, se comparado ao ano anterior. Porém, o número não se estabiliza nos anos seguintes, destacando uma acentuada queda na quantidade trabalhos, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade de pesquisas por ano



Fonte: Elaboração própria das pesquisadoras.

Além disso, há uma assimetria entre a quantidade de pesquisas vinculadas aos programas. Por serem mais antigos e, conseqüentemente, mais consolidados, os Programas de Araraquara e Marília⁸ concentram o maior número de produções no

⁸ No período delimitado para o estudo, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp de Marília realizou o doutorado interinstitucional em educação (DINTER), a partir de um convênio com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). As produções resultantes desse projeto também foram analisadas.

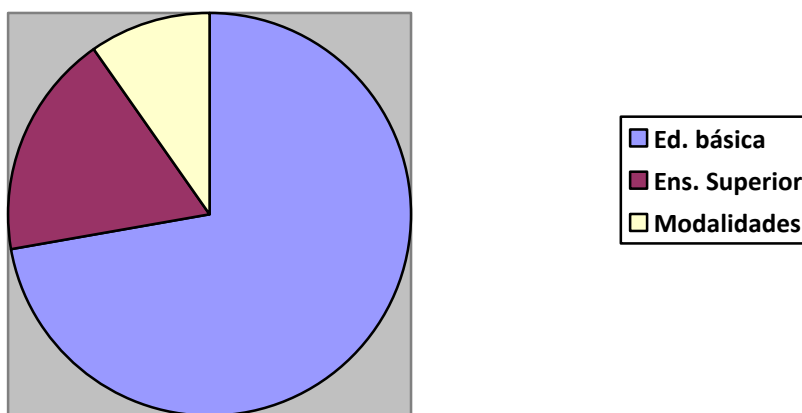
período, respectivamente 26 e 37 pesquisas. Em contrapartida, os Programas de Presidente Prudente e Rio Claro⁹ somam 22 trabalhos, ambos com 11 cada. Estes últimos, respectivamente, passaram a oferecer cursos de Doutorado a partir do ano de 2010 e 2012.

Verificamos também, que a maior incidência de trabalhos focalizam a educação básica, como pode ser observado no Gráfico 2, ao todo 60 pesquisas. No que tange as etapas da educação básica, o Ensino Fundamental é a que abarca a maioria das produções, totalizando 35, enquanto que a Educação Infantil compreende 9 e o Ensino Médio 4. Os demais trabalhos investigaram mais de uma etapa da educação básica.

Como podemos notar, mais da metade dos trabalhos estão voltados para o Ensino Fundamental. Tal predominância reflete, em certa medida, a focalização desta etapa, como a que mais tem expressado preocupação dos pesquisadores. Segundo Souza e Scaff (2011), ainda que, com a Emenda Constitucional n. 59/2009, a educação obrigatória foi ampliada, contemplando a Educação Infantil e o Ensino Médio, a exploração da temática sobre o Ensino Fundamental tem gerado um volume significativo de produções na área, oriundo, sobretudo, das diversas políticas, programas e projetos implantados para essa etapa na última década.

Contudo, o pequeno número de pesquisas sobre a Educação Infantil e a baixíssima produção referente ao Ensino Médio expressam um dado preocupante, que pode refletir não só a pequena prioridade das políticas educacionais voltadas para essas etapas, como também o escasso interesse por investigá-las.

Gráfico 2 – Pesquisas por nível de ensino



Fonte: Elaboração própria das pesquisadoras.

⁹ Não está disponível na página do programa e no portal da Capes as produções de 2013.

Segundo Neubouer *et al* (2011), a universalização tardia do Ensino Fundamental no Brasil consiste na principal razão para que o nível médio tivesse menos centralidade na agenda das políticas públicas educacionais, praticamente só no final da década de 1990, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/1996, com a definição do ensino médio como etapa da educação básica, que esse quadro começou, ainda que timidamente, a ser alterado. O mesmo ocorreu com a Educação Infantil. Além disso, como já mencionado, ambas as etapas só foram asseguradas como obrigatórias e gratuitas, a partir da Emenda Constitucional n. 59/2009, no qual o Estado tem até o ano de 2016 para garantir a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade.

Essa realidade nos leva a presumir que a produção acadêmica dos programas da Unesp tem acompanhado o movimento de implantação de políticas educacionais voltadas para as referidas etapas. Outro aspecto relevante é justamente a questão de que não havendo uma produção de conhecimento aprofundada e ampla, a academia tende a ficar refém do movimento político, ao invés, de ser uma das propulsoras desse movimento, mediante a influência das produções na área, que deveriam revelar limites e desafios, para assim, pautar a elaboração de diretrizes das políticas.

O pequeno número de produção de conhecimento sobre a Educação Infantil e Ensino Médio demonstra a assimetria existente entre as opções de objeto de estudo, o que pode indicar uma limitação no campo das políticas educacionais, comprometendo uma perspectiva analítica da totalidade e as múltiplas relações que estão envolvidas nesse campo científico.

No entender de Santos e Azevedo (2009), ao delimitar uma perspectiva segmentada de investigação, os Programas de Pós-Graduação incorrem no risco de acentuar uma abordagem parcial dos fenômenos, com base em uma visão estrita da realidade, não dando conta da pluralidade de temas e problemas que surgem a partir da incorporação de novas políticas educacionais.

A disparidade de proporção de pesquisas também é constatada, quando comparamos com a quantidade de trabalhos que tratam da política educacional para o Ensino Superior e demais modalidades educacionais. Com a incidência menor, identificamos 15 produções concernentes ao Ensino Superior e 8 sobre as modalidades (Educação de Jovens e adultos – EJA; Educação à distância – EaD; Educação Especial e Educação Tecnológica e Profissional).

Embora nos últimos anos foi possível evidenciar a expansão da educação superior e tecnológica pública e privada, mediante políticas e programas (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni; Programa Universidade para Todos – Prouni; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, dentre outros), trata-se de um dado que expressa que os fenômenos têm sido pouco investigados, assim, limitando o desenvolvimento de parâmetros analíticos que tragam mais densidade as produções (SILVA e OURIQUE, 2012).

Souza (2003) aponta que as lacunas evidenciadas no processo de construção da área de política pública merece atenção especial, para que a partir dessas limitações sejam envidados esforços para superá-las, pois essa dinâmica se constitui em fator decisivo para o desenvolvimento científico alavancado da área.

Em face desse quadro, salientamos que os estudos sobre as políticas educacionais voltadas para o Ensino Superior e as modalidades de ensino vêm merecendo abordagem crescente, em vista de sua relevância histórica, social e política no cenário educacional brasileiro. Logo, o desenvolvimento de projetos e provimento de financiamentos se constituem condições basilares, para que esses fenômenos correspondam percentuais expressivos de investigação.

Quanto a abrangência das questões investigadas, notamos que a predominância de investigações sobre a realidade da política educacional nos municípios paulistas, em especial, aqueles onde estão situados os programas. Por outro lado, há um percentual significativo de estudos concernentes a fenômenos de outros estados brasileiros e até de outros países, o que demonstra a contribuição para ampliação de investigações nos mais diferentes contextos. Além do impacto acadêmico e social, essas características levam os Programas a ter uma projeção em nível nacional e internacional.

Tendências temáticas das pesquisas em políticas educacionais dos programas de Pós-Graduação na área de educação da Unesp

Procedida a análise dos 85 resumos, deparamos nos trabalhos com uma ampla abordagem de distintas temáticas, o que, para Azevedo e Aguiar (2001) pode representar dois caminhos opostos: o primeiro condiz com a possibilidade de um debate amplo sobre os mais diversos temas da política educacional; o segundo, induz a reflexão referente a carência de aprofundamento dos temas da área.

Frente a essa realidade, optamos por classificar os trabalhos nas seguintes categorias: Estudos sobre políticas e programas governamentais; Legislação e direito à

educação; Políticas de avaliação; Papel dos partidos políticos e outras entidades da sociedade civil e Políticas de financiamento e gestão (Quadro 1). É importante destacar que, a classificação das dissertações e teses em categorias para esta pesquisa corresponde a uma estratégia analítica que visa delimitar com mais precisão as interfaces que são comuns aos campos de investigação, porém, não invalida a presença de outras dimensões de análise, com maior ou menor nível de profundidade.

Quadro 1 - Quantidade de trabalhos analisados por temáticas

Temática Geral	Quantidade
Estudos sobre programas e projetos governamentais	24
Legislação e direito à educação	21
Políticas de avaliação	12
Papel dos partidos políticos e outras entidades da sociedade civil	6
Políticas de financiamento e gestão	22
TOTAL	85

Fonte: Elaboração própria das pesquisadoras.

Observamos que os trabalhos cujo foco principal corresponde as análises sobre programas e projetos governamentais, correspondem a maioria. Nessa categoria, encontram estudos sobre programas e projetos educacionais implantados nas esferas: municipal, estadual e federal, bem como, diretrizes de organismos internacionais, tais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Segundo esses dados, podemos notar que nessa categoria encontram as principais tendências do estado da arte das pesquisas sobre política educacional nos programas da área na Unesp. A maior parte dos estudos é caracterizada como pesquisas documentais e de campo. Entretanto, percebe um número significativo de estudos de casos, principalmente, no que tange a esfera municipal, que se pautam em questionar como são implementadas os programas e projetos nas redes de ensino e escolas.

Para Silva e Lourencetti (2002) é na escola que se conhecem os impactos, limites, acertos, dificuldades e ganhos de novas propostas. Ainda, segundo as autoras, no âmbito da escola as diretrizes, programas e projetos oficiais são interpretadas para se ajustarem ao cotidiano escolar, assim como os acertos, erros ou dificuldades na

implementação de uma reforma educacional dependerão da coerência que ela estabelece com a crença dos educadores nas vantagens e necessidades que a reforma anuncia.

Destaca-se a vasta distribuição de abordagem de temas, as pesquisas analisam programas e projetos relativos a formação de professores, gestão, alfabetização, planejamento e currículo. Observamos com maior incidência, dentre os que foram objetos dos estudos, os seguintes programas: Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Programa de Ensino Integral – SP e Programa São Paulo Faz Escola.

Evidenciamos apenas um estudo sobre a influência das diretrizes de organismos internacionais na definição de programas e projetos, o que pode ser um indício da redução da direta interferência desses organismos na agenda das políticas educacionais brasileiras. Um nítido contraste, se compararmos com a década de 1990, como esclarecem Azevedo e Aguiar (2001).

Observamos que os trabalhos desse grupo têm mais claramente um núcleo comum de interesses, configurando um maior grau de organicidade entre eles, expressando assim, a prioridade que os programas e projetos assumem nas agendas dos governos federal, estadual e municipal, como estratégias para contemplar as políticas educacionais.

Na categoria políticas de financiamento e gestão situam-se pesquisas sobre o processo de implantação de políticas de democratização e processos de descentralização no âmbito dos sistemas de ensino e nas escolas, assim como, discussões concernentes a políticas de investimentos, ou seja, a regulamentação da arrecadação e distribuição dos recursos públicos destinados à educação.

Situam-se pesquisas que tem o objetivo de investigar políticas de reformas de gestão nos sistemas de ensino e nas escolas, a partir de definições macro e micro das políticas educacionais. Registramos que as produções fazem referências as condições de implementação do processo de municipalização, no que tange a estratégias para a descentralização, auto-gestão e autonomia. Assim como constatado no estudo de Oliveira e Teixeira (2001), a tese da municipalização desenvolveu-se aliada a concepção de descentralização.

A maior autonomia conferida aos estados e municípios desde a vigência da nova Constituição do Brasil a partir de 1988), aliada às medidas de descentralização de programas e das tentativas de

maior democratização da gestão educacional incentivada por governos locais, constituem o móvel para que as mesmas se tornem temas e objetos de investigação na nossa área temática, nas tentativas de captar e avaliar os alcances e os limites dessas mudanças (AZEVEDO e AGUIAR, 2001, p. 62).

Merece também destaque as discussões atinentes ao fenômeno da gestão democrática e os mecanismos de participação colegiada (Análise das repercussões de eleições de diretores de escolas, da participação popular e dos conselhos) e a focalização das investigações voltadas à educação básica, mais especificamente, ao Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Ademais, nesse grupo, constam os trabalhos que tem como objeto o financiamento, com a parcela maior de estudos sobre as questões postas pelas políticas nacionais, dentre elas, destacam-se: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que são analisados pela ótica de equidade e eficiência na alocação distributiva dos recursos e aplicação das verbas. Porém, chama a atenção o significativo percentual de produções concernentes ao debate da privatização do ensino, bem como, das parcerias resultantes dos convênios público-privadas.

Por outro lado, as pesquisas sobre financiamento educacional deixaram de contemplar o Ensino Superior. A fim de alcançar aprofundamento sobre a temática, parece que falta ampliar o leque de temas tratados e uma aproximação crítica com maior vigor no que tange a equidade e eficiência de ensino (VELLOSO, 2001).

A educação como direito se inscreve no campo das políticas públicas e a existência de um direito implica sempre a existência de um sistema normativo (BOBBIO, 1992), tal pressuposto foi crucial para definirmos a categoria “legislação e direito à educação”, no qual figuram a terceira maior quantidade de produções. Aqui incluem trabalhos sistematizados após a LDB n. 9394/1996, leis orgânicas, direitos constitucionais, direitos humanos, políticas de combate a exclusão - as ações afirmativas, educação inclusiva e para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nesse grupo, destacam-se vários trabalhos que buscaram interpretar o conteúdo do texto legal, procurando expor a compreensão dos processos que engendram as decisões das políticas educacionais, em articulação com outras políticas estatais e municipais, bem como, com o contexto social mais amplo no qual elas vão incidir. Em número menor, encontram-se os estudos decorrentes de análises sobre o direito à

educação, levando-se em conta a relevância que a educação adquire na construção do demais direitos.

Particularmente, nos últimos anos, se considerarmos as contínuas alterações que vem sofrendo a ordem legal de garantia da ampliação da escolaridade obrigatória, reflexos do Ensino Fundamental de nove anos e da expansão constitucional do direito à educação a população de 4 à 7 anos, esta temática pode representar a vitalidade e atualidade da temática na agenda das produções sobre a política educacional brasileira.

Quanto aos estudos sobre política de avaliação, destacam a abordagem de temas sobre a avaliação de programas, projetos, políticas e organizações educativas, bem como, a análise dos sistemas de avaliação de largas escalas. Nessa categoria, observamos a equidade das pesquisas no que concerne aos níveis de ensino. Há uma predominância de investigações sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e suas interfaces com a universidade e escola.

Mesmo com essa predominância, Martins e Souza (2012) sinalizam que no Brasil, os estudos sobre as avaliações de larga escala ainda são recentes e vêm sendo desenvolvidos por poucos grupos de pesquisadores que detêm domínio de metodologias e técnicas de geração e tratamento estatístico de dados. Logo, trata-se de um fenômeno que demanda mais investigações, visando o aprofundamento do debate sobre as avaliações de larga escala e seus desdobramentos efetivos nas políticas e, principalmente, nas instituições de ensino.

Há que se ressaltar a abordagem, ainda que em menor número, da política de avaliação externa, expressada por investigações que analisam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o seu impacto para definição de diretrizes das políticas educacionais que objetivem a melhoria da qualidade do ensino.

Denota-se que o menor percentual de produções concerne as da categoria papel dos partidos políticos e outras entidades da sociedade civil. Neste grupo, enfatizam pesquisas sobre a relação dos partidos com a implantação de políticas educacionais e a influência dos movimentos sociais da sociedade civil.

Os estudos priorizaram a investigação da gestão dos partidos políticos e municípios e no estado de São Paulo, dentre eles, destaca-se o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). No que concerne aos movimentos sociais, observamos a incidência da abordagem sobre os movimentos sindicais e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Estas discussões indicam a presença de uma abordagem relevante para a compreensão da

influência de grupos sociais organizados na definição de políticas a serem implantadas no cenário educacional.

No conjunto dos trabalhos, podemos observar uma simetria na abordagem dos temas de algumas categorias, embora, seja bastante evidente a disparidade entre a categoria de papel dos partidos políticos e entidades da sociedade civil com as demais. Chama atenção este fato, pois são poucos os estudos que se preocupam com a investigação da interlocução das instituições genuinamente políticas, como os partidos e os movimentos organizados da sociedade civil, com a educação.

Considerações Finais

O estudo proposto, cujo balanço crítico visa identificar tendências da produção científica da política educacional nos Programas de Pós-Graduação da área de Educação da Unesp constitui num importante vetor para evidenciar as séries de ações e comportamentos que consubstanciaram as produções em políticas educacionais entre os anos de 2009 a 2013. Os resultados podem dar indícios do cenário nacional da temática no campo educacional.

Com efeito, malgrado os limites desse tipo de estudo, em virtude dos dados resultarem dos resumos, a análise realizada permite afirmar a existência de um significativo acervo produzido na área de política educacional nos cinco anos aqui considerados. Pudemos evidenciar uma acentuada focalização de pesquisas voltadas para a educação básica, ao mesmo tempo em que tal aspecto pode indicar um aprofundamento acadêmico de conhecimento sobre a referida etapa, é também revelador da carência de discussões concernentes ao ensino superior e modalidades de ensino, o que pode incidir na limitação de quadros analíticos desses segmentos.

Constatamos um conjunto pulverizado de temáticas, que foram agrupadas nas categorias: Estudos sobre políticas e programas governamentais; Legislação e direito à educação; Políticas de financiamento e gestão; Políticas de avaliação e Papel dos partidos políticos e outras entidades da sociedade civil. Embora averiguamos uma certa equidade, com relação ao número de produções das três primeiras categorias, pode-se afirmar o pequeno grau de problematizações de temáticas nas categorias de Políticas de avaliação e, principalmente, do Papel dos partidos políticos e outras entidades da sociedade civil.

As limitações evidenciadas no estudo não invalidam a significativa contribuição que os programas da Unesp oferecem para a construção e consolidação do campo de

investigações das políticas educacionais. A diversidade de temas registrados é um indicador de avanços da área, sinalizando o progressivo amadurecimento acadêmico-científico e consolidação desse campo no Brasil.

Associado a esses resultados, julgamos que o estudo foi realizado não apenas na pretensão de encontrar as interlocuções e/ou ideias desenvolvidas, mas, também, com o objetivo de conhecer os diferentes enfoques e caminhos já trilhados por pesquisas que refletiram sobre a política educacional.

Esperamos, portanto, que este trabalho possa estimular o desenvolvimento de estudos sobre o mapeamento de fontes ainda não divulgadas no meio acadêmico, assim como a sistematização de análises sobre a constituição da área de políticas educacionais, a natureza de sua produção e a sua contribuição para o aprofundamento teórico e metodológico das análises.

Referências

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.

AZEVEDO, J. M. L. de e AGUIAR, M. A. da S. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, Lauro C. & GRACINDO, Regina V. (Coords.). *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil (1991-1997)*. Brasília: ANPAE; Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 89 -108.

AZEVEDO, J. M. L.de. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BALL, Stephen J. Ball; MAINARDES, Jefferson. *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FONSECA-JANES, Cristiane R. X. *A formação dos estudantes de pedagogia para a educação inclusiva: estudo das atitudes sociais e do currículo*. Marília, 2010. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, 2010.

GAMBOA, Silvio S. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argós, 2007.

GATTI, Bernardete Angelina. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. In: *Cadernos de Pesquisas*, São Paulo, n. 113, jul. 2001, p. 65-81.

GOHN, Maria da Glória M. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. In: *Eccos*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 253-274, jul./dez. 2005.

KUENZER, Acacia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, dez. 2005, p. 1341-1362.

MARTINS, Angela Maria; SOUSA, Sandra Zákia. A produção científica sobre avaliação educacional e gestão de sistemas e de escolas: o campo da questão entre 2000 e 2008. In: *Ensaio: avaliação política pública Educacional*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 9-26, jan./mar. 2012.

OLIVEIRA, Cleiton; TEIXEIRA, Lucia H. G. Municipalização e gestão municipal. In: WITTMANN, Lauro C. & GRACINDO, Regina V. (coords.). *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil (1991-1997)*. Brasília: ANPAE; Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 133-150.

NEUBAUER, Rose *et al.* Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas. In: *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Brasília, v. 92, n. 230, p. 11-33, jan./abr. 2011.

SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. In: *Revista Brasileira de Educação*. Set/Dez, nº 30, 2009. p. 534-550.

SILVA, A. A.; SCAFF, E. S.; JACOMINI, M. A. Políticas públicas e educação: o legado da Anped para a construção da área no período 2000-2009. In: *Anais da 33ª Reunião Anual da ANPED*. Caxambu – MG, 2010.

SILVA, Maria Helena G. F. Dias da; LOURENCETTI, Gisela do Carmo. A ‘voz’ dos professores e algumas reformas educacionais nas séries finais do Ensino Fundamental: desencontros ou impasses? IN: SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. *O cotidiano escolar face às políticas educacionais*. Araraquara: JM editora, 2002. p. 21-46.

SILVA, Jorge P; OURIQUE, Maiane L. H. A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors. In: *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Brasília, v. 93, n. 233, p. 215-230, jan./abr. 2012.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS: EDUSC, v. 18, nº 51, 2003. p. 15-20.

SOUZA, Kellcia Rezende; SCAFF, Elisângela A. Tendências temáticas na produção científica brasileira: o ensino fundamental de nove anos em questão. In: *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, 16 (2):123-133, jul./dez., 2011.

VELLOSO, Jacques. Pesquisas no país sobre o financiamento da educação: onde estamos? In: WITTMANN, Lauro C. & GRACINDO, Regina V. (Coords.). *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil (1991-1997)*. Brasília: ANPAE; Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 109 – 132.

WITTMANN, Lauro C. & GRACINDO, Regina V. (Coords.). *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil (1991-1997)*. Brasília: ANPAE; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.